



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TRINTA DE JUNHO DE
DOIS MIL E DEZ**

-----Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas 14:30 horas, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município reuniu a Assembleia Municipal de Alijó em sessão ordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**UM** - *Exposição do Senhor Presidente da Câmara;* -----

-----**DOIS** – *Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010 (que se traduz na 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa);* -----

-----**TRÊS** – *Pedido de Aprovação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Alijó;* -----

-----**QUATRO** – *Pedido de Autorização para a realização de uma escritura de justificação de um prédio urbano par construção, sito em Alijó;* -----

-----**CINCO** – *Pedido de Aprovação do Regulamento de Acção Social Escolar – referente ao 1.º Ciclo do Ensino Básico;* -----

-----**SEIS** – *Pedido de Aprovação do Regulamento da Acção Social Escolar – referente ao Ensino Pré – Escolar.* -----

-----**PRESIDENTE DA MESA**, Sr. Eng. João Manuel Gouveia da Costa, na ausência do Primeiro Secretário Sr. Humberto João Barbosa dos Santos, convida o Membro Filomena Margarida Gonçalves Marques para assumir o lugar deste, iniciando assim os Trabalhos acompanhado pela Primeira - Secretária Filomena Margarida Gonçalves Marques e pela segunda



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Secretária D. Maria Filomena Cunha Santos Nogueira -----

Procedeu-se à chamada e verificou-se que faltaram por motivo justificado os seguintes Membros:
Maria Arminda Ferreira, Laurindo Miranda e Miguel Cartageno. -----

-----De imediato **O PRESIDENTE DA MESA:** Dá conhecimento de um ofício enviado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Favaios, indicando como seu representante o Sr. António Eduardo Machado Figueiredo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** coloca à discussão a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Abril de dois mil e dez e abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Faz referência à primeira página, oitava linha, na intervenção do Membro António Fernandes, onde se lê: “indica ainda que as, é a favor que as devidas correcções sejam feitas”, deve ler-se “indica ainda que é a favor que as devidas correcções sejam feitas”. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que serão tomadas as devidas notas e coloca a votação a Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 30 de Abril de 2010, sendo aprovada por maioria de votos, com 24 votos a favor e 02 abstenções dos Membros Pedro Pimentel e Luís Cardoso, os quais apresentaram Declaração de Voto, justificando que a sua abstenção, se deve ao facto de não terem estado presentes na reunião da última Assembleia Municipal. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Informa que por lapso, não ficou registada a falta injustificada do Membro Luís Cardoso e dá início ao Período de *Antes da Ordem do Dia*, abrindo Período de Inscrições. Usaram da palavra os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Coloca algumas questões, nomeadamente no que concerne ao futuro da escola EB 2,3 do Pinhão, uma vez que teve conhecimento que há sensivelmente quinze dias, numa Reunião de Câmara, o Sr. Presidente da Câmara informou os Srs. Vereadores do PSD que tinha agendada uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Educação, Solicita que a Assembleia seja informada do resultado dessa mesma reunião e transmite que a Bancada do PSD está preocupada relativamente ao futuro da dita escola e a possibilidade do seu encerramento porque uma das coisas que constatam relativamente a esta questão, é porque no



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mg
3

concurso de professores já não existe o código para a escola do Pinhão, aparecendo unicamente o código da escola de Alijó; conclui assim que, para o Ministério da Educação, a Escola EB 2,3 do Pinhão já não existe, pretendendo ser elucidado sobre esta situação. Foca ainda a questão da saúde no Concelho, tem conhecimento que na referida Reunião de Câmara, aquando da ida do Sr. Secretário de Estado da Saúde, Dr. Pizarro, ao Hospital de Vila Real, o Sr. Presidente da Câmara afirmou aos Srs. Vereadores que iria ter uma reunião com o referido Secretário de Estado; tal como é conhecimento geral, veio na comunicação social que o INEM iria desactivar a ambulância SIV que funciona junto ao Centro de Saúde de Alijó. Esta é uma situação preocupante porque se traduz na possibilidade de desactivação dos meios de socorro onde inclui a SIV, lembrando ainda que na mesma notícia, a qual não foi desmentida pelo INEM, também colocaram a hipótese da redução do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Alijó. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se possui alguma informação sobre esta questão, indicando que podem contar com o PSD numa tomada de posição forte, se o Concelho de Alijó, no futuro, vier a perder alguma coisa, no que concerne à questão da saúde, porque estão, como estiveram no passado, contra qualquer encerramento e contra uma diminuição da qualidade de saúde dos cidadãos. Pergunta ainda se podem contar com o Sr. Presidente da Câmara para estar contra a desactivação do SIV e contra a diminuição do horário de atendimento do Centro de Saúde de Alijó. No que concerne às Extensões do Centro de Saúde do Concelho de Alijó, entrega ao Sr. Presidente da Mesa, para que conste em acta, um documento que apresentou na Assembleia da República, na qualidade de Deputado, no qual interrogou a Sra. Ministra da Saúde relativamente ao encerramento das Extensões de Saúde no Concelho de Alijó; informa que perguntou ainda à Sra. Ministra se era intenção do Ministério da Saúde, encerrar as Extensões da Balsa, Carlão, Castedo, Chã, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Pópulo, S. Mamede de Ribatua, Sanfins do Douro, Santa Eugénia e Vilar de Maçada e caso a resposta fosse afirmativa, o que é que o Ministério da Saúde poderia garantir a estas populações para as salvar guardar relativamente a esta questão. Informa que a Sra. Ministra da Saúde já respondeu ao requerimento, não obtendo resposta directa à questão, colocando-se assim o documento na sua íntegra:



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PSD

Handwritten signature and initials

- REQUERIMENTO Número 121 ()
- PERGUNTA Número 249921 ()

Expediente
Publicação
27/04/10
O Secretário da Mesa
<i>Assinatura</i>

Assunto: Encerramento das Extensões de Saúde no Concelho de Alijó.

Destinatário: Ministério da Saúde.

Ex.^{ma} Sr. Presidente da Assembleia da República

No passado dia 15 de Abril de 2010, tive conhecimento através de uma notícia publicada no Semanário "A Voz de Trás-os-Montes", que as Extensões de Saúde no Concelho de Alijó vão ser encerradas.

Tendo o Concelho de Alijó sido privado do seu Serviço de Atendimento Permanente – SAP, no passado dia 01 de Janeiro de 2008, devido a um processo de reformas encetadas pelo Ministério da Saúde, este Concelho ficou desde então muito carenciado nesta área.

Sendo Alijó, um Concelho em que muitas das suas Freguesias se situam a mais de 1 (uma) hora do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE (Hospital de Vila Real) e a alguma distância do Centro de Saúde local.

Sendo as Extensões de Saúde da Balsa, Carlião, Castedo, Chã, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Pópulo, São Mamede de Ribatuz, Sanfins do Douro, Santa Eugénia e Villar de Maçada, de extrema importância para as populações que aí vivem e muito em especial os mais idosos, as crianças e os mais carenciados.

É pois com muita preocupação que vejo, por parte do Ministério da Saúde, a intenção de encerrar estas Extensões de Saúde no Concelho de Alijó, o que levará uma vez mais a privar os habitantes destas Freguesias de um direito fundamental de todos os cidadãos, que é o direito à Saúde.

Neste sentido e ao abrigo das disposições constitucionais aplicáveis, solicite-se ao Governo, por intermédio da Senhora Ministra da Saúde, que sejam respondidas as seguintes perguntas:

Tem o Ministério da Saúde conhecimento da situação relatada?

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature: mg J. J. J. J.



§ PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Handwritten signature: mg J. J. J. J.

Tem o Ministério da Saúde, intenção de encerrar as Extensões de Saúde da Balsa, Carlão, Castelo, Chã, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Pópulo, São Mamede de Ribalua, Sanfins do Douro, Santa Eugénia e Vilar de Maçada, no Concelho de Alijó?

Em caso afirmativo, como pensa o Ministério da Saúde garantir alternativas credíveis às populações afectadas?

Palácio de São Bento, 23 de Abril de 2010.

O Deputado:

Handwritten signature of Luis Pedro Pimentel

Luis Pedro Pimentel



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslambiente Património Natural

Refere ainda que num café da sua Freguesia, teve oportunidade de ver um edital, assinado pelo Dr. Cêrca, actual Director do Centro de Saúde, onde consta que a partir do dia 14 de Junho de 2010, a Extensão do Centro de Saúde, existente no Castedo estaria encerrado e os utentes desta Extensão teriam que se deslocar ao Centro de Saúde de Alijó, ficando como médica de família, a Dra. Evangelina. Dá conhecimento que lhe foi entregue por um grupo de cidadãos, onde um deles já tinha alertado a Assembleia de Freguesia de Sanfins do Douro no dia 01 de Junho de 2010 sobre os problemas no caminho do Alvéola, para esta alertar a Câmara Municipal; a preocupação destes reflecte-se sobretudo no arranjo de muros de suporte de terra, os quais se encontram debilitados, tendo ainda participado á Protecção Civil. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção agradecendo aos Membros da Assembleia e aos Srs. Vereadores, na maioria do PSD, pelos votos de felicitação no que diz respeito á sua posição como líder de Bancada e eleições da Comissão Política. Indica que podem contar com o seu apoio para desenvolverem os trabalhos da melhor forma, indo de encontro às necessidades dos residentes do Concelho. Alerta para os riscos dos enormes buracos que se verificam ao longo das estradas do Concelho, situação que o preocupava, no entanto tomou já conhecimento que a massa asfáltica foi adquirida e estão no terreno a suprir esta necessidade. No que diz respeito aos Centros de Saúde, refere que tomou conhecimento de algumas alterações, houve concentração no sentido de melhorar esse serviço, deixando um alerta de que quando se concentra algo, devem ser criadas primeiramente as condições; relativamente ao Centro de saúde da Chã, mudaram para lá as pessoas, não criaram condições, tendo já colocado este problema ao Sr. Presidente da Câmara, o qual se mostrou receptivo no que concerne à criação de condições. -----

-----**MEMBRO DOMINGOS AURÉLIO:** Informa que há cerca de quinze dias, a povoação de Jorjais de Perafita esteve uma semana sem iluminação pública, não estando a EDP a cumprir minimamente a prestação de serviços de iluminação pública; indica que sempre que se verifica uma descarga, a povoação fica sem iluminação, situação que se constata há alguns dias. Informa ainda que já contactou os serviços da EDP, tendo obtido como resposta que durante os dez dias, iria ser reposta a iluminação pública. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que intervenha junto da EDP,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

porque esta é uma situação inadmissível. No que diz respeito ao encerramento das escolas, no caso concreto da escola de Vila Verde, pensa que as reuniões que têm havido com o Sr. Presidente da Câmara, com o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura e com o Sr. Secretário de Estado têm corrido da melhor forma, chamando a atenção para o facto da Freguesia de Vila Verde ter oito aldeias e as únicas coisas que existem em termos sociais, é a escola de Vila Verde e o centro social. Desta forma, se fecharem a escola, será uma Freguesia que fica completamente isolada, com desertificação em termos de âmbito social com as pessoas, irão deixar de aparecer os transportes da Câmara, assim como os transportes públicos, sendo uma situação que o entristece. Solicita ao Sr. Presidente da Câmara que, a estrada de Souto de Escarão e de Vale de Agodim que foram reconstruídas em Outubro do ano transacto e sendo estradas muito limitadas, estreitas, com bermas muito baixas, sejam remarcadas com os tracejados para melhor orientação, dado que o inverno é rigoroso e desta forma facilita a circulação. Finaliza informando todos os presentes que no dia 17 de Julho se vai realizar a “Festa da Chanfana” na Freguesia de Vila Verde, convidando todos os Membros da Assembleia Municipal, assim como o Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores a estarem presentes. -----

-----**MEMBRO ROGÉRIO LIMA:** A resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 determinou através do critério “régua e esquadro”, o encerramento das escolas do 1.º Ciclo com menos de 21 alunos até ao final do ano lectivo de 2010/2011 e até 31 de Agosto de 2010, o encerramento das escolas que excepcionalmente tinham autorização de funcionamento. Tendo em atenção que a municipalização da educação é uma realidade, com a transferência de competências do ministério da Educação para as Câmaras, neste caso concreto, para a Câmara de Alijó e sabendo através da Associação Nacional de Municípios e da imprensa diária, que as escolas só encerram se as Autarquias concordarem, através do acordo firmado com o Ministério da Educação, pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se do quadro da Carta Municipal, está o Sr. Presidente e o seu Executivo, em condições de garantir à Assembleia Municipal o não encerramento de qualquer escola do 1.º Ciclo do Concelho, no próximo ano lectivo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Presidente da Câmara a fim de prestar esclarecimentos: -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que concerne à questão da educação, indica que a Câmara Municipal de Alijó, representada pelo seu Presidente e pelo Sr. Vereador da Educação na reunião que teve com a Sra. Ministra, os dois Secretários de Estado, o Sr. Director Regional da Educação, foram muito claros, relativamente à posição da Câmara, no que diz respeito a esta matéria. Esclarece que os acordos são para serem cumpridos e o Município de Alijó não abdica de nada, daquilo que é a Carta Educativa, tendo sido isto que transmitiram ao Ministério da Educação, porque a Carta Educativa foi feita e assinada de boa fé entre o Município de Alijó e Ministério da Educação; tudo que esteja previsto na Carta Educativa é o que vão cumprir e resultou, no caso concreto de Alijó, do melhor cenário possível, no que diz respeito a cumprir uma Lei, que não foi sequer uma Lei produzida por um Governo Socialista mas do PSD, uma Lei de bases do sistema educativo, com o Ministro Roberto Carneiro, a qual previa que escolas com menos de dez alunos teriam que ser encerradas, por questões pedagógicas. Indica que durante muito tempo, esta Lei existiu na teoria, mas na prática não foi cumprida, tendo este processo sido consensualizado nesta altura porque sendo uma Lei de bases, exige de 2/3 na Assembleia da República e embora tenha sido proposta por um Governo do PSD, também teve apoios de outros Partidos, entre os quais do PS. Estes princípios foram no último Governo PS plasmados em Lei, em Regulamento e sobre os mesmos houve um acordo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Relativamente a este acordo, havia três cenários para o Concelho de Alijó, tendo em conta a perspectiva da evolução demográfica: um cenário consistia em fechar tudo e ficar apenas um só pólo em Alijó; o segundo cenário consistia em fechar tudo e ficarem dois pólos, um em Alijó e outro no Pinhão; o terceiro cenário, o Ministério da Educação não a previa, mas foi conseguido através de estudos efectuados e com a parceria com a UTAD, que os assessorou na Carta Educativa. Conseguiram assim que, não ficasse apenas um pólo, nem dois pólos, mas seis pólos (as cinco Vilas e Pegarinhos), justificando esta situação com o argumento da distância a percorrer entre as diferentes populações, com argumentos técnico-pedagógicos e com tudo aquilo a que Lei permitia. Frisa que o Município de Alijó é o único Município com estas características rurais, que tem mais que um pólo, sendo que Murça e Sabrosa só têm um respectivamente. Os seis pólos ficaram plasmados na Carta Educativa, que foi assinada entre o Governo e o Município de Alijó: Lembra



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MC
9

que depois o Ministério da Educação propôs um outro protocolo, relacionado com a transferência para o Município de Alijó, da competência na área do pessoal não docente de todo o Concelho; Estando o Município de Alijó apenas disposto a equacionar essa hipótese, com base em dois princípios: manutenção dos actuais postos de trabalho e o pagamento na íntegra das despesas respeitantes a esses mesmos postos de trabalho. No entanto, como não garantiram nem uma coisa nem outra, não assinaram o Protocolo. No que diz respeito ao caso específico do Pinhão, conseguiram mais do que a esmagadora maioria julgava ser possível, informando que, no que diz respeito aos princípios plasmados na resolução referida pelo Membro Rogério Lima, como um acordo recentemente assinado, entre o Ministério da Educação e as Autarquias, a Câmara de Alijó já se tinha antecipado, tendo conseguido que, ao contrário daquilo que defendiam alguns técnicos do Ministério da Educação, com base em estudo e em números, a escola do Pinhão é a escola do segundo e terceiro ciclo do ensino secundário, a mais pequena de toda a Direcção Regional do Norte e a segunda mais pequena do país; indica que presentemente, a escola do Pinhão, apenas garante uma turma por cada ano, não chegando aos vinte alunos por turma, tendo no total, oitenta e seis alunos. Perante esta situação conseguiram que a escola do Pinhão se mantivesse com todos os níveis de ensino que mantém até hoje. Assegura que não vai fechar nenhum nível de ensino no Pinhão, mantendo-se em funcionamento mesmo com a difícil situação, do ponto de vista demográfico, desde o pré-escolar até ao 3.º ciclo e a única alteração ao que existe de momento, é uma fusão entre os órgãos de administração e gestão escolar, ou seja, existiam dois Agrupamentos, o Agrupamento Vertical de Alijó e o Agrupamento Horizontal do Pinhão. Esclarece que a partir de agora irão ter um só Agrupamento com a fusão em termos de Administração e Gestão Escolar do Pinhão com Alijó, mas ao nível de tudo o resto, tal como funcionários, auxiliares, professores, alunos, vão manter o nível de ensino existente. Esclarece que esta é uma medida nacional, com base em critérios, em Leis e em consensos estabelecidos há mais de vinte anos na Assembleia da República, relativamente a este tipo de reordenamento. Indica que estão a conseguir, apesar das dificuldades existentes e com este período de grande austeridade, garantir esta situação para aquilo que é absolutamente fundamental, tal como os postos de trabalho e a relação pedagógica dos alunos no seu próprio local de residência. Relativamente ao facto do Pinhão não aparecer nas listas de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10
[Handwritten signature]

colocação de professores, esclarece que a partir do momento em que há uma fusão nos Agrupamentos, em termos de administração e gestão escolar, a colocação dos professores que vão para o Pinhão, é feita pelo único Agrupamento que vai existir, ou seja Agrupamento de Alijó. Lembra que o Pinhão desde início, era um pólo da escola de Alijó e havia professores que uns dias davam aulas em Alijó e outros dias davam no Pinhão porque o horário no Pinhão não estava completo e acabavam por completar em Alijó. Não podem arranjar situações “artificiais” para manter as pessoas a trabalhar, devendo garantir mais cursos, mais oferta, informando que existe uma aposta estratégica entre Alijó, Pinhão e o Município no que diz respeito à oferta profissional, pois estão a apostar fortemente nos cursos profissionais ligados ao turismo, nos CEFs, garantindo uma série de horários para professores que sem esta aposta ficariam no desemprego. Frisa ainda que têm disponibilizado o bar das Piscinas Municipais, para pela primeira vez, no Concelho de Alijó, ser dado um curso desta natureza, situação que é benéfica para todos, porque recebem através dos Fundos Comunitários uma verba pelo aluguer das instalações, sendo igualmente benéfico para a escola e para os professores porque dá mais oferta formativa, mais horários de trabalho, sendo igualmente benéfico para os alunos porque estes, se não fossem estes cursos, estariam fora da escola, em actividades desviantes. Refere que recentemente foi levar dois alunos da formação profissional na área do turismo (curso de bar e mesa) para estágio num hotel de Chaves. No que diz respeito ao caminho do Alvéola, demonstra admiração, porque é um caminho candidatado ao PRODER no ano transacto, presumindo que as deficiências apontadas serão provenientes das trovoadas, do mercado Inverno ou de alguma parte que eventualmente não tenha sido concluída, em termos da própria obra. Informa que irá com os serviços, verificar esta situação. No que concerne à questão da saúde, adoptaram a mesma atitude intransigente que adoptaram para o sector da educação e lembra que quando lhes chegaram os rumores do que hoje foi exposto, estava em Reunião de Câmara e o Sr. Secretário de Estado estava em Vila Real a inaugurar uma unidade de oncologia, tendo-se dirigido a este, na presença do Sr. Governador Civil para lhe transmitir que tinham, na sequência do encerramento do SAP, estabelecido um acordo relativamente às contrapartidas para o Concelho e relativamente ao que consideravam ser as condições necessárias para assegurar uma resposta acertada a este nível, no Município de Alijó e que resolvesse o problema das



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

populações. Na sequência dessa situação conseguiram negociar um horário de atendimento de consulta aberta que neste momento é o único SAP no Distrito e na Região com este horário, assim como conseguiram garantir a ambulância SIV, com horário 8h/24h todos os dias do ano. Refere que é esta situação que vão continuar a defender, não admitindo que retirem do Concelho de Alijó a referida ambulância, mesmo que durante o ano ela não faça uma única operação, porque ela não está lá pelo número de activações que possa vir a ocorrer, mas para garantir que se alguém tiver um problema grave possa ser socorrido. Informa que o Sr. Secretário de Estado lhe transmitiu que essa hipótese não estava em cima da mesa, tinha resultado de um conflito profissional entre o Sindicato dos Enfermeiros e a Direcção do INEM, tranquilizando-o relativamente a essa matéria; no que concerne às extensões de saúde, essa questão nem foi colocada em cima da mesa. Na sequência dos rumores e para assegurar a posição da Autarquia, tem na sua posse um ofício, o qual vai ser enviado para a Sra. Ministra, Secretário de Estado, sub-região de Saúde, etc, o qual diz basicamente que:”
1.º - Este Município considera inaceitável qualquer alteração, no que diz respeito ao acordo estabelecido com o Ministério da Saúde na sequência do encerramento dos SAP do Concelho; 2.º - Independentemente do número de pessoas atendidas pelo actual dispositivo com particular realce para o horário da consulta aberta e a ambulância SIV, relembramos que o mesmo decorreu da contrapartida garantida às nossas populações pelo referido encerramento do SAP e acordado entre o Município de Alijó, o Ministério da Saúde e o Sr. Primeiro – Ministro; Relembra ainda que estes mesmos princípios foram garantidos aquando da inauguração destas unidades, bem como da Unidade de Cuidados Continuados, pelo Sr. Primeiro – Ministro e pela Sra. Ministra da Saúde. Esclarece que esta é uma questão e outra questão são os Serviços da ARS, do Ministério da Educação e todos os serviços, na sequência da austeridade, estão a estudar, a planear e a tentar impor condições, no entanto a posição política da Autarquia mantém-se, embora saibam que andam a fazer-se estudos e a colocar hipóteses, porque elas andam a ser colocadas noutros sítios. Indica que o Membro Pedro Pimentel sabe que estas medidas não foram inventadas pela Autarquia de Alijó e sabe que têm lutado em todos os foros contra este tipo de medidas que olham apenas para os números, mas enquanto estiverem nestas funções irão sempre procurar um modelo de desenvolvimento local e regional que olhe apenas para o número mas para a realidade social e



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mq
12
dewh

económica. Relembra que se quisessem já podiam ter uma Loja do Cidadão no Concelho de Alijó, mas apesar de lhe ter sido oferecida, recusou-a porque a mesma implicava uma concentração de serviços como o Registo Predial, a Conservatória e Finanças, reduzindo o número de famílias empregadas no Concelho de Alijó. No que diz respeito à questão da EDP, indica que esta matéria está entregue ao Sr. Vice-Presidente, ao qual dará a palavra para prestar esclarecimentos. Agradece o amável convite feito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde. No que concerne à questão dos buracos nas estradas e segurança rodoviária, indica que primeiramente têm que atender a dois fenómenos que aconteceram excepcionalmente este ano, porque foi um Inverno muito rigoroso que destruiu estradas de todo o País, sendo verdade que a massa asfáltica para compor os buracos já podia ter sido adquirida, no entanto todos devem ter consciência que também são afectados pela crise, pelo PEC, tiveram menos cinco milhões no Orçamento da Câmara, o que obrigou a tomar algumas medidas de contenção. Esclarece que relativamente à aquisição de materiais estão apenas a comprar em função das necessidades e com mais rigor, levando assim a gastar metade daquilo que tinham já gasto no ano transacto por esta altura. Indica que há um conjunto de outras medidas ao nível da contenção orçamental que estão a adoptar, dando como exemplo as “Feira de Velharias” de Vale de Mendiz que não se vai realizar, assim como a “Feira do Pinhão” que também não se realiza este ano; o mesmo se passa relativamente aos transportes que a Autarquia fornece para o mundo associativo, viagens. Não garantir os transportes da Autarquia para aquilo que é obrigação legal, tendo que se concentrar principalmente no transporte de alunos; as viagens feitas apenas por lazer, vão ter que deixar de ser contempladas com transporte da Autarquia, porque têm que cortar nas despesas ao nível do combustível, no limite das horas extraordinárias dos motoristas, situações que têm que ser condicionadas, reduzidas e geridas. Indica ainda que não vão realizar a “Alijovem” porque há necessidade de reservar recursos financeiros para o que é absolutamente essencial, ou seja, para a educação, para a saúde, para as respostas fundamentais das pessoas que têm problemas, para o emprego. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre segunda ronda de inscrições, apelando ao poder de síntese, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO ISABEL VIEIRA:** Refere que não ficou muito esclarecida relativamente ao



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

fecho das escolas do 1.º Ciclo, uma vez que a Carta Educativa previa o encerramento das escolas de Vila Verde, S. Mamede, Castedo e Granja até 2009/2010 e se afirmam que se vai cumprir a Carta Educativa agora, o mesmo será dizer que vão encerrar as escolas este próximo ano lectivo de 2010/2011. Pretende esclarecimento sobre esta questão porque na Resolução do Conselho de Ministros há a possibilidade de adiar por mais um ano o fecho das escolas (2010/2011) desde que não haja condições, os alunos transitem para uma escola melhor, que neste caso concreto será o Centro Escolar. Pensa que a Câmara assumiu o compromisso de que não fecharia escolas em 2010/2011 em virtude do Centro Escolar não estar concluído. No que concerne ao encerramento da escola do Pinhão, informa que esteve numa reunião com o Sr. Director Regional da Educação do Norte no dia 16 de Junho, onde esteve presente o Director do Agrupamento de Alijó e um adjunto, onde foi explicado todo o processo de fusão dos Agrupamentos, tendo sido dito explicitamente e por várias vezes que não estava em causa o encerramento de nenhuma escola decorrente da fusão; as escolas do 1.º Ciclo iriam encerrar as que tivessem menos de 21 alunos. O caso do Pinhão, enquanto fusão com o Agrupamento de Alijó, nunca esteve em causa o encerramento da escola do Pinhão, enquanto edifício. O Agrupamento vai-se fundir e fica com a sede na Secundária, conforme explicito na Lei e cada Município tenha um Agrupamento em que os alunos possam entrar no pré-escolar e sair no 12.º ano uma vez que os doze anos de escolaridade já estão em vigor. Solicita esclarecimento sobre a situação das escolas anteriormente citadas, se a Câmara assume o compromisso de não fechar. -----

-----**MEMBRO JOÃO VILELA:** Após a intervenção da Membro Isabel Vieira pretende realçar o pedido de esclarecimento da situação no que concerne ao encerramento das escolas no Concelho. Coloca ainda uma questão que leu referente ao Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios, em que as escolas só fecham com acordo das Câmaras Municipais. Independentemente da Carta Educativa que não está a ser cumprida solicita esclarecimento, da forma mais simples possível, sobre o que poderá acontecer no próximo ano lectivo. Indica ainda que gostaria de corrigir o Sr. Presidente quando referiu que o horário do Centro de Saúde de Alijó, era o mais alargado da Região, porque tem conhecimento de que o Centro de Saúde de Moncorvo está aberto 24 horas -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

14

-----**MEMBRO MARCO RODRIGUES:** A sua intervenção foca-se na questão da saúde, afirmando que em Novembro do ano transacto, o Centro de Saúde do Castedo fechou, tendo tido uma reunião com o Director Clínico do Centro de Saúde, o qual lhe transmitiu que havia uma ligeiro problema nos serviços administrativos e no corpo docente, médicos e enfermeiros, mas que a situação se iria resolver brevemente. No entanto, passou já mais de meio ano e a Extensão de Saúde do Castedo que cobre igualmente a Freguesia de Cotas, ainda se encontra encerrado. Indica que foi surpreendido com o Edital enviado para a sua Freguesia, não tendo sido enviado para a Junta de Freguesia; os serviços administrativos colocaram os Editais nos cafés, comunicando que a partir do dia 14 de Junho, a população da Freguesia do Castedo teria que se deslocar à extensão do Centro de Saúde de Favaios para serem realizadas as consultas, mas o atendimento seria no Centro de Saúde de Alijó, ou seja, efectuavam a marcação da consulta em Favaios e a consulta seria em Alijó. Esclarece que na sua Freguesia passa um autocarro que vem do Pinhão, com destino a Alijó; as pessoas terão que deslocar-se de Alijó para Favaios pelos seus próprios meios, porque muitos nem possuem telefone para marcar as consultas. Pensa que a Câmara Municipal se deveria colocar ao lado da Junta de Freguesia, na tentativa de resolução desta situação. -----

-----**MEMBRO MANUEL VILELA:** Refere que a aldeia de Cheires continua com o saneamento a céu aberto, questionando para quando a concretização da ETAR prometida. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Chama a atenção para o facto de haver Membros que se inscreveram na segunda ronda de inscrições, não o tendo feito na primeira, não vendo algum mal nessa permissão, no entanto segundo o Regimento, a duração de intervenção é limitada, tanto na primeira como na segunda ronda de inscrições. Indica que os assuntos devem ser debatidos, mas sem se desviarem das regras. Relativamente à questão a ser debatida o grande problema é “não haver crianças nem ninguém que se predisponha a traze-las para cá”. Refere que o membro Pedro Pimentel colocou as coisas com objectividade quando questionou a pré-disposição ou não, da Câmara em ajudar a resolver um problema que é de todos. Indica ainda que o Sr. Presidente da Câmara deu todas as garantias que estava super empenhado em colaborar com todas as forças vivas do Concelho para ajudar a resolver este problema. Pela sua parte, sentiu-se satisfeito com a predisposição as provas dadas e empenhamento demonstrado para resolver este problema. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

-----**MEMBRO LUÍS CARDOSO:** Informa que esteve presente numa reunião no dia 16 de Junho em Vila Real, com o Sr. Director Regional da Educação do Norte, por causa da fusão dos órgãos de gestão dos dois Agrupamentos, porque o Pinhão vai continuar a manter as turmas que manteve neste ano lectivo, não havendo mobilidade de alunos. No próximo ano, a escola do Pinhão vai ser gerida por um coordenador de estabelecimento porque é uma escola que tem mais de 150 alunos, tal como está definido no diploma e a partir daí vai desencadear-se um novo processo para eleição de um novo órgão de gestão. Refere a Carta Educativa que contempla as cinco vilas e Pegarinhos como pólos escolares, mas há quatro escolas que poderão ter que ir para as escolas acolhedoras, perguntando ao Sr. Presidente se no próximo ano o Castedo, a Granja, S. Mamede e Vila Verde se se mantêm em funcionamento porque pela Resolução do Conselho de Ministros permite a possibilidade de se manter em funcionamento por mais um ano. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** Relativamente à intervenção dos Membros, indica que não vê explícito no Regimento que obrigue a que sejam os mesmos a inscreverem-se na segunda ronda de intervenções e não tem sido prática corrente, não pretendendo com isto faltar ao rigor da Assembleia; a gestão do tempo será sempre feita com a maior correcção relativamente a todas as intervenções. Dá a palavra à Membro Estela Teixeira, após a ter solicitado, por ter sido visas em intervenção anterior. -----

-----**MEMBRO ESTELA TEIXEIRA:** Relativamente à educação, refere que na sua Freguesia há alunos do 1.º Ciclo a ir para o Pinhão, para Favaios, outros para Alijó e ainda outros para o Castedo. No que diz respeito à questão da saúde, verifica-se a mesma situação porque há utentes que pertencem ao Pinhão, outros a Favaios, mas não vê descontentamento com o facto de não irem à extensão de saúde do Castedo. Partilha a preocupação pela saúde das pessoas que habitam em Cotas mas não vê descontentamento pelo encerramento da dita extensão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, a fim de prestar esclarecimentos solicitados: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Frisa que percebeu o porquê de todas as dúvidas, porque a preocupação das pessoas era saber qual a intervenção da Câmara. No que diz respeito à questão da educação, indica que, a reunião onde estiveram os Membros Isabel Vieira e Luís Cardoso, no dia 16



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

de Junho de 2010, foi posterior a uma reunião que o Sr. Director Regional teve com o Sr. Governador Civil e com um conjunto de Autarcas, incluindo de Alijó, a discutir estas matérias. Indica que houve rumores porque os Srs. Vereadores do PSD colocaram esta matéria em Reunião de Câmara, se a escola do Pinhão ia ser fechada no que diz respeito ao 2.º e 3.º Ciclo. Indica que não o preocupa qualquer espécie de protagonismo pessoal na Autarquia de Alijó, porque está no último Mandato e quer o melhor para as populações. Afirmar-se como pessoa verdadeira, não pretende provar coisa alguma sob esse ponto de vista, falando a verdade sobre o que se passou. Quando os Srs. Vereadores colocaram a questão sobre o que estava em cima da mesa, foram esclarecidos, tendo-lhes sido transmitido que a escola do Pinhão era a mais pequena escola da Região Norte e a segunda mais pequena do país, situação que foi descoberta pelo Sr. Director Regional e nessa reunião perguntou como queriam manter a escola em funcionamento com estas características. Lembra ainda que disseram nessa reunião que era absolutamente fundamental manter essa escola quanto mais não fosse, ano a ano. Refere que recorreram ao Decreto-Lei para consolidar esta argumentação, tendo conhecimento que na reunião que tiveram depois, a Direcção Regional, com os Agrupamentos apenas trataram da fusão, isso foi na sequência do acordo assinado agora entre a Associação Nacional de Municípios e o Ministério da Educação, mas que já estava a ser trabalhado pela Autarquia, o Ministério e Direcção Regional do Norte perceberam que não havia condições, este ano, para fazerem duas coisas: fusões de agrupamentos e para extinguir níveis de ensino. Nesta sequência fez apenas uma coisa e daí a reunião com os professores. Frisa que esta questão é extremamente preocupante, pois também já teve responsabilidades na área da educação e vai até às últimas consequências na defesa dos poucos alunos e não por questões de carácter político-partidário pois quer defender as populações que o elegeram até ao último minuto das suas funções nesta Autarquia. Relativamente à questão da educação, indica que foi a posição que assumiram, que fez com que a questão não fosse colocada em cima da mesa; As obras atrasaram-se não por responsabilidade da Autarquia, mas por atrasos de Fundos Comunitários, os Autarcas, a Associação Nacional de Municípios, a CIMDOURO, fizeram pressão, porque estavam a aguentar a factura das escolas e não tinham recebido nada da participação comunitária; o primeiro pagamento dos Fundos Comunitários para a escola de Alijó chegou há cerca de quinze dias, no



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

entanto a Câmara tem estado a suportar os custos, caso contrário, o empreiteiro já tinha ido embora. Indica ainda que já pagaram a contra-partida toda e já estão a financiar o que ainda vão receber. Esclarece que o acordo elaborado, salvaguarda estas circunstâncias. Sem protagonismos, tiveram a inteligência táctica de aproveitar esta circunstância, para poder garantir durante mais um ano o funcionamento das escolas em questão e sem qualquer espécie de hipocrisia, com total verdade, diz que é óbvio o que está na Carta Educativa e por isso não abdicam do que está na mesma, tal como na saúde, não abdicam daquilo que se comprometeram com os respectivos Ministérios. Esclarece que aproveitaram o facto de com esta pressão terem aumentado o financiamento dos Fundos Comunitários à escola que passaram de 60 ou 70% para 80% . As escolas que estão previstas fechar na Carta Educativa, no próximo ano não fecharão, porque não vão colocar o Pólo Escolar a ser construído, à disposição do Ministério da Educação na abertura do próximo ano lectivo. Utilizaram todos os argumentos e independentemente do mesmo estar construído, fizeram outras candidaturas onde ganharam tempo, de forma a que não fechasse ainda este ano, por preocupação com os professores, os seus lugares de trabalho, com os alunos e porque disseram ao Ministério da Educação que esta Autarquia tinha feito um grande esforço ao requalificar o edifício do MAP para receber os alunos. Esclarece que foi argumentando desta forma e respeitando a regra geral assim como aproveitando as janelas que se abrem e com os processos negociais que vão tendo podem garantir ganhos anuais. No que diz respeito à intervenção do Membro António Fernandes, agradece as suas palavras porque sabe que também é uma pessoa determinada e faz dos combates com convicção, combates da sua vida. Espera que todos percebam que os tempos estão muito difíceis, que têm que estar unidos para poderem garantir o máximo para Alijó, ano a ano. No que diz respeito à intervenção do Membro João Paulo, informa que quando referiu a questão no horário, relativamente à saúde, estava a referir-se aos que viram os seus SAP encerrados, porque os que não viram os SAP encerrados têm atendimento 24 horas. Esclarece que dentro dos Concelhos que viram os seus SAP encerrados, no Distrito e na Região, o de Alijó, foi o que melhor conseguiu negociar o horário, sendo os únicos com horário ininterrupto, até às 24 horas, todos os dias. Esclarece o referido Membro que se reportou a esta realidade e não abdicam do horário de funcionamento nem do SIV. Do ponto de vista político utilizam a mesma estratégia para a saúde e para as escolas, ou



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

mq
18

seja, num momento difícil, conseguem negociar o melhor possível, uma situação dura e mais benéfica para Alijó. Indica ainda que agora, com novas medidas de austeridade, com novas medidas de contenção, olham para o caso de Alijó, a comparar com outros, a ver números e perguntam “porque existe esta extensão e porque não estão incluídos na regra”, sendo nesta fase, que utilizam o argumento de dizer “nós não temos nada a ver com isso, porque negociamos de boa fé com o Ministério de então e o compromisso é para cumprir”; se abrirem a possibilidade do diálogo, não tem dúvida que os colocam no regime dos outros e se algum dia acontecer, será contra o Executivo e não com eles. Frisa que aproveitarão, tanto na Educação, como na saúde ou em qualquer outra área, as “janelas de oportunidade” que existirem, os pretextos que existirem, para na medida do possível, adiarem sempre estas situações, porque se conseguirem ganhar mais um ano, é favorável. Relativamente à situação apontada pelo Membro Marco Rodrigues, indica que é uma situação que em pormenor, desconhece, mas de acordo com o que vai ouvindo falar sobre esta matéria, o facto de eventualmente não ter lá médico e enviarem os cidadãos do Castedo para Favaios, terá a ver com uma medida positiva; presume que tenha a ver com a seguinte situação: dentro da reestruturação dos serviços de saúde, o Ministério pretende garantir que todas as populações de Portugal tenham direito a um médico de família e estabelecerem um mínimo de 1700 utentes por médico de família. Irá informar-se sobre esta questão, no entanto refere que calcula que no caso concreto dos utentes do Castedo, devem ter sido colocados na ficha de trabalho da Dra. Evangelina, porque provavelmente esta, em Favaios, não atende 1700 utentes, tendo folga para acomodar os utentes do Castedo até perfazer os 1700; apesar de inferir sobre esta situação, considera uma medida positiva porque estabeleceram que cada médico tinha que ter pelo menos 1700 utentes, porque no Concelho havia médicos que tinham 2000 ou 3000 utentes, ficando sem tempo para a consulta aberta e outros tinham 500 ou 800. Assim, cada médico, independentemente do sítio onde está, tem que ter 1700 utentes, onde se verifica a necessidade de agrupar as pessoas; com as horas sobrantas dessa actividade, gerem a consulta aberta. Indica ainda que os utentes, independentemente do seu médico de família, muitas vezes não iam às consultas deste, telefonavam para o Centro de Saúde de Alijó, para saberem quem era o médico que se encontrava na consulta aberta, por uma questão de gosto ou preferência, sobrecarregando o médico da consulta aberta com coisas que deveriam ser tratadas com



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

mg
19

o médico de família. Esclarece que esta medida é ainda positiva no sentido em que permite que os médicos façam mais apoio domiciliário. Indica ainda que estas são as informações que possui, no entanto irá tentar complementá-las. No que cerne à ETAR de Cheires, assim como outras, estão envolvidas numa candidatura que era para ser executada pelas Águas de Trás os Montes e Alto Douro, mas ainda não foi executada, na medida em que a referida empresa está com dificuldades orçamentais e porque o número de candidaturas apresentadas excede em muitos milhões a disponibilidade do eixo programado em termos de Fundos Comunitários para esta área do ambiente. Informa que estão a tentar negociar porque fizeram um contrato de pré-adesão às Águas de Trás os Montes e Alto Douro para ficarem também com a baixa, no qual ficou explícito o que queriam que fosse feito. De momento eles estão com dificuldades em executar e como está feito o contrato de pré-adesão, não pode haver duas entidades a candidatar-se ao mesmo fundo, situação que tem que ser resolvida pelo Ministério. As Autarquias já se propuseram, aumentando assim a taxa de execução do QREN, a deixar cair o contrato efectuado, para permitirem que as Autarquias se possam candidatar. Esclarece que em muitos lados já está feito o acesso, o depósito, faltando apenas pôr a bomba para poder colocar o sistema a funcionar, mas vão tentar fazer um ajuste directo para a conclusão das obras. -----

-----O **PRESIDENTE DA MESA** dá início à Ordem de Trabalhos, introduzindo o *Ponto Um* " *Exposição do Senhor Presidente da Câmara* " (transcreve-se na íntegra a exposição escrita que foi distribuída aos Srs. Deputados Municipais e cujo teor é o que se segue). **EXPOSIÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** Cumprindo o estipulado na alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, apresenta-se de seguida uma informação escrita sobre a situação financeira da Autarquia e sobre a actividade do Município respeitante aos meses de Abril (segunda quinzena), Maio e Junho (primeira quinzena) de 2010. **1 – Situação Financeira da Autarquia:** À data da presente informação, o Município de Alijó, tem uma dívida a fornecedores, na ordem dos 7 milhões de euros. Da dívida actual, 40% respeita a fornecedores correntes, e cerca de 60% respeita a fornecedores de imobilizado (investimento). De salientar que a execução do plano de saneamento financeiro, aprovado por esta Assembleia Municipal, não se encontra executado a 100%. Relativamente aos empréstimos bancários, estes são pagos de acordo com as cláusulas contratuais. No que respeita a dívida a empreiteiros, encontra-se nesta fase em estudo planos de pagamentos para liquidação de dívida, facilitando o recurso ao crédito por



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 20

parte dos fornecedores na modalidade de factoring. **2 – Actividade do Município: a – Actividade administrativa e de prestação de serviços** Durante o período ora em apreço mantiveram-se abertos e em pleno funcionamento, os gabinetes e serviços desta Autarquia para tanto vocacionados, prestando o normal atendimento aos munícipes, esclarecendo as dúvidas surgidas, instaurando, tramitando e concluindo os processos que lhes estão afectos, encaminhando os cidadãos para os serviços respectivos, deferindo ou indeferindo autorizações e/ou licenciamentos, tudo dentro dos parâmetros definidos por Lei. **b – Actividade cultural e desportiva. a – Actividade cultural Biblioteca Municipal**

<u>Mês</u>	<u>Leitores inscritos</u>	<u>Livros requisitados</u>
Abril	88	166
Maio	113	204
Junho	80	141

Biblioteca Itinerante

<u>Mês</u>	<u>Livros requisitados</u>
Abril	156
Maio	710
Junho	112

Actividades Realizadas: · “Leitura em voz alta” Participação de 125 idosos; · “Nós vamos lá!”, leitura ao domicílio. Participação de 52 idosos; · Oficina de Teatro “Para crianças que ainda não conseguem chegar ao puxador da porta”; · “Stand up Poetry” – Participação de 32 pessoas; · Apresentação do livro “Baú das recordações” de Celeste Renha Coutinho, com a participação de 57 pessoas; · “Ouvir e contar” Sessão de contos tradicionais Portugueses, contador – António Fontinha. Participação das escolas primárias, jardins-de-infância e centros de dia do Concelho. Auditório Municipal. Acções Pagas

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Descubramente Património Natural

Handwritten signature and initials, possibly 'MCP' and '21'.

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos
Abril			
Lashoj Tyo Dyes	Música e Dança	1	63
O Lobisomem	Filme	3	49
A Princesa e o Sapo	Filme	3	97
Shutter Island	Filme	3	37
Mai			
Amar... É complicado!	Filme	3	42
Orquestra Paulistana de Violas Caipiras	Música	1	143
Alice no País das Maravilhas	Filme	3	67
Fora de controlo	Filme	3	42
Junho			
ReBista à Moda do Porto	Teatro	1	148
Green Zone: Combate Pela Verdade	Filme	2	32
Como Treinares o Teu Dragão	Filme	2	57
Homem de Ferro	Filme	3	38

Acções Gratuitas

Título	Tipo	Sessões	Bilhetes Vendidos
Abril			
Cerimónia de abertura do festival regional de teatro amador do Inatel "A birra do morto"	Teatro	1	104
Apresentação do rancho folclórico de Alijó "O plátano"	Dança	1	232
Seminário de encerramento do projecto	Seminário	1	150

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date: 22

"Crianças e jovens em risco"			
Filandorra "Auto da barca do inferno" para os alunos do 9º ano das escolas de Alijó e Pinhão	Teatro	1	130
Maio			
"Jorge Dandino ou um marido confundido" – Inatel- Festival do teatro amador	Teatro	1	75
Apresentação do livro "Baú das recordações – Crónicas da serra"	Apresentação	1	40
XXXVI Encontro transmontano do clínico geral	Encontro	3	696
VIII Encontro nacional www.sclos-postais.com	Encontro	1	20
Junho			
Educação para a literacia mediática no mundo actual – Centro de gestão agrícola/Consultua	Colóquio	1	50
Festa de fim de ano do Pré escolar de Alijó	Festa	1	70

Espaço Internet: Abril, 1528 utilizadores, Média de idades: 19,3; Maio: 1496 utilizadores, Média de idades: 18; Junho: 1055 utilizadores, Média de idades: 17. b – Actividade desportiva: Actividades de Carácter Contínuo. Escola de Natação – continuação das actividades da Escola, que está dividida em 3 grandes classes (dos 2 aos 7 anos; dos 8 aos 16 anos; adultos), que se subdividem em níveis de aprendizagem. Actividade de características formativas que possibilita aos seus alunos, desde os 2 anos, não só a aprendizagem das várias técnicas da natação, mas também o aperfeiçoamento técnico e melhoria das suas capacidades coordenativas e condicionais. Hidroginástica – Uma actividade de sucesso. É uma actividade praticada por pessoas de várias faixas etárias, é o casamento perfeito do ritmo e do prazer de estar dentro de água. Actividades de Academia – Onde se inclui a prática de Aeróbica, Step e Localizada. Dirigida a pessoas de várias faixas etárias e que procuram o aperfeiçoamento técnico e a aprendizagem. Estas aulas são uma oportunidade para todos aqueles que gostam de actividade física "indoor" realizar uma prática desportiva regular com uma componente de ritmo e dinamismo sempre presente. Actividades de Academia – Aulas de Danças Latinas e Hip-hop dirigidas a todas as faixas etárias e para todos os amantes da dança e do movimento. Desta forma podemos alargar a oferta da prática de actividade física "indoor". Escola de formação desportiva Municipal – Este projecto de animação



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

mg
 23

desportiva proporciona aos jovens do concelho a possibilidade de iniciar e praticar um variado leque de actividades de índole desportiva. Esta actividade funciona todos os sábados de manhã e é enquadrada por professores/treinadores com vasta experiência nas várias disciplinas. Escola de Patinagem e Hóquei em Patins – Implementação de duas novas modalidades, de forma a diversificar a oferta desportiva. Pretendemos desta forma, iniciar a formação de jovens patinadores com a intenção da formação de um clube de Hóquei em Patins. -Piscinas Municipais. Entradas no Complexo para utilização da Piscina. Abril

Entidade/Escola	N.º de Entradas
Escola de Natação	532
Escolas 1º ciclo e outras	378
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	276
Lazer	194
Aeróbica	140
Hidroginástica	457
Boccia	7
Pilates	124
Ballet	27
PumPit	55
TOTAL	2190

Maio

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escola de Natação	549
Escolas 1º ciclo e outras	529
Escolas E.B. 2, 3 e Secundária	382
Lazer	241
Aeróbica	85
Hidroginástica	425
Boccia	
Pilates	110
Ballet	48
PumPit	87
TOTAL	2456

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Teléf.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

MCG
[Handwritten signature]

-Pavilhão Municipal: Entradas no Complexo para utilização do Pavilhão

Abril

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	3124
A. Marciais	-----
Patinagem	-----
Hóquei em Patins	-----
Basquetebol	-----
Futsal	-----
TOTAL	3124

Maio

Entidade/Escola	Nº de Entradas
Escolas	2951
A. Marciais	-----
Patinagem	-----
Hóquei em Patins	-----
Basquetebol	-----
Futsal	-----
TOTAL	2951

c – Gabinetes de Apoio ao Cidadão e Gabinete de Extensão Autárquica: Tendo como principal finalidade promover uma política de proximidade entre os Municípios e a Câmara Municipal, procurando minorar os problemas encontrados por estes no dia-a-dia, os Gabinetes de Apoio ao Cidadão (GAC) situados em Carlão, Pinhão, Sanfins do Douro e Vilar de Maçada e o Gabinete de Extensão Autárquica (GEA), têm por objectivo procurar ultrapassar as dificuldades colocadas pelas pessoas que os procuram. As intermediárias desenvolvem diversas actividades normais, tais como: realização de ofícios e apoio às Juntas de Freguesia onde estão instalados os GAC, assim como, para diversas Instituições: PT, EDP, IFADAP, INGA, ADSE, Ministério das Finanças, Centro Nacional de Eleições, Centro Nacional de Pensões, Segurança Social, DG Veterinária, Ministério da Saúde, Inspeção-geral do trabalho, seguradoras, bancos, apoio na elaboração de trabalhos informáticos, elaboração de cartazes informativos, colaboração com diversas instituições existentes nas freguesias, elaboração de notícias e reportagens para o Portal Espigueiro. A pesquisa e navegação na Internet continua a ser uma das actividades mais requisitadas, verificando-se cada vez mais, uma maior independência nas pessoas, especialmente nos mais jovens, nessas tarefas, tendo sempre o auxílio das intermediárias.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Quanto ao Gabinete de Extensão Autárquica, o Agente tem prestado apoio às Intermediárias, tentando resolver os problemas informáticos que têm surgido. Tem sido a ponte entre os Gac, recebendo as informações e pedidos, e a Câmara Municipal, onde faz chegar a voz dos munícipes que frequentam esses Gabinetes. Colocação de informações no Sítio da Câmara. Alguns Números:

GAC	ABRIL	MAIO
CARLÃO	780	830
PINHÃO	1245	1402
SANFINS DO DOURO	2077	1282
VILAR DE MAÇADA	1625	603

De salientar que os números presentes são referentes a utilizadores e não a utilizações, já que um utilizador pode requerer mais do que um serviço e só é contabilizado uma única vez. d – Posto de Turismo: Abril. Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e nove portugueses, dois espanhóis, um francês, quatro norte-americanos e um emigrante. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Maio: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte e oito portugueses, cinco alemães, dois brasileiros, quinze franceses, dois holandeses, sete ingleses e três russos. Prestação de informação turística documental a entidades várias. Junho: Prestação de informação turística com uma afluência de turistas a este serviço de vinte portugueses, oito franceses, dois sul-africanos, dois belgas, três brasileiros, dois espanhóis, dois holandeses e seis ingleses. Prestação de informação turística documental a entidades várias. e – Gabinete de Arqueologia. A presente exposição descreve as actividades fundamentais levadas a cabo pelo Gabinete de Arqueologia nos meses de Maio e Junho. Na mesma, integram-se todas as acções de preservação, valorização, protecção e divulgação do património cultural, executadas no âmbito do interesse cultural relevante para o concelho de Alijó. O interesse cultural relevante engloba, designadamente, o histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social ou técnico. *Acções fundamentais do Gabinete de Arqueologia:* Preparação local do projecto nacional intitulado de “Comemoração do Centenário da República”. Esta iniciativa foi trabalhada a nível regional, com o objectivo final de apresentar ao público uma exposição que pretende contar uma história, enquadrada entre o final da Monarquia/início da República e meados da década de 70. A Exposição, que terá lugar em Setembro deste ano e contará com uma componente gráfica e textual com características excepcionais, no que diz respeito ao período supracitado, será o culminar de um trabalho árduo de investigação e análise de documentos e posterior transcrição dos mesmos (ainda em curso); Concepção e execução de visitas técnicas e pedagógicas guiadas, dirigidas a grupos-alvo interessados em conhecer o passado concelhio, neste caso, Escolas, a saber: - Dia 4 de Maio (Escola Secundária do Morgado de Mateus - Vila Real) - Dia 10 de Maio (E.B.1 - Alunos do 1º



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ciclo de Alijó e Castedo do Douro) - Dia 8 de Junho (Escola E.B 2/3 D. Sancho II - Alijó); Supervisão do arranjo e consequente melhoria de um troço de calçada antiga (numa extensão de cerca de 80 metros), que dá acesso à jazida arqueológica da Sepultura de Sobredos, sita na freguesia de Vilar de Maçada. Este traduziu-se na limpeza e desmatação da vegetação rasteira; Colaboração na organização e realização de uma actividade anual promovida pelo Município de Alijó: A comemoração do Dia Mundial de Criança, a 1 de Junho de 2010. Fiquei assim responsável, conjuntamente com outra colega, por ensinar as crianças a usarem o arco e a flecha, tendo o jogo como objectivo acertar num alvo colocado a uma distância de cerca de 4 metros; Nova intervenção técnica na Igreja da Senhora da Boa Morte, traduzindo-se esta na fixação, limpeza e consequente consolidação dos materiais em madeira pertencentes ao arco que antecede o altar principal deste Monumento religioso de estilo barroco do séc. XVII. Procedeu-se ainda a uma análise em conjunto com a Comissão Fabriqueira do Pópulo, tendo em vista uma futura intervenção que contemple a renovação do telhado da Capela de S. Marcos e a preservação do telhado da Igreja da Sr.ª da Boa Morte;

Colaboração permanente com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro tendo em vista a conclusão, no âmbito do Plano Director Municipal de Alijó, da Carta de Condicionantes Patrimoniais deste Concelho. Desta resultou a identificação e geo-referenciação de todo o património histórico e arqueológico classificado e não classificado, de forma a se cumprir o propósito de preservar e proteger a riqueza cultural exumada no concelho;Cooperação com o Presidente de Junta do Amieiro, no sentido da identificação e descrição dos elementos patrimoniais exumados na respectiva freguesia. Agendamento de uma visita posterior à Capela da Nossa Sr.ª da Conceição, com a finalidade de efectuar uma análise infraestrutural interior e exterior e equacionar o possível restauro da cobertura, composta por telha antiga;Reunião com os elementos pertencentes à Comissão Fabriqueira de Perafita, localizada na freguesia de Vila Verde, tendo em vista a remodelação total do telhado do Santuário de Perafita. Estas obras enquadram-se na conservação e restauro do património edificado concelhio;Apoio a estagiários do Município de Alijó, tendo em vista a concepção da página Web do Posto de Turismo, através da disponibilização de toda a documentação gráfica e textual concelhia que se revelou necessária, revestida de índole histórica, arqueológica e turística; Divulgação de eventos de âmbito cultural e histórico através da criação de uma Newsletter com periodicidade mensal. Esta Newsletter, além de ser enviada por e-mail, pode ser ainda consultada e visualizada na página do Município especificamente dedicada à Arqueologia, em <http://arqueologia.cm-alijo.pt/>; Recolha de informação de índole patrimonial, facultando o seu acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados, como às competentes organizações específicas que tutelam o património no nosso País; Colaboração no projecto de dinamização cultural da Vila de Alijó, designado como “*Quintas à Noite*”, a realizar a partir do mês de Julho, e que englobará diversas actividades e espectáculos ao ar livre e abertos à população em geral; Dinamização do património histórico e arqueológico concelhio, mediante a continuação da aplicação de mini-projectos: - Actualização contínua da página da Internet, especificamente dedicada à Arqueologia; - Divulgação mensal do património arqueológico concelhio, através da Agenda Municipal e da Newsletter (todos os meses o Município de Alijó dá a conhecer diversos elementos iconográficos e informativos sobre diferentes arqueossítios); - Colaboração com

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Teléf.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo em vista a promoção de iniciativas relacionadas com o património local. e –

Obras e Intervencões Municipais: * Reparação de rupturas de água; * Desentupimento de saneamentos, fontanários, ribeiros e limpeza de nascentes; * Limpeza de mato, jardins, estradas, ruas, caminhos, aterros, lixeiras e fossas sépticas; * Ligação de ramais de água e saneamento; * Colocação de tubagens para ligações de água; * Trabalhos de manutenção em várias escolas do concelho; * Trabalhos vários no Posto da GNR do Pinhão; * Trabalhos de manutenção no edifício do Teatro Auditório Municipal de Alijó; * Trabalhos vários em estradas e passeios; * Trabalhos de manutenção no Pavilhão Gimnodesportivo de Alijó; * Colocação de tampas de saneamento; * Trabalhos de manutenção no Bairro da Refer no Pinhão; * Montagem e desmontagem de palcos, stands, barracas e estrados para diversas festas do concelho; * Trabalhos de manutenção na escola de música de São Mamede de Ribatua; * Colocação de massa betuminosa em buracos de várias estradas; * Pintura e marcação de estacionamento em frente ao Mercado Municipal. - Lançamento, acompanhamento e execução dos seguintes concursos: - Prestação de Serviços para Realização de Águas Residuais - em concurso; - Construção de Muros Degradados (Vale de Mendiz) - em concurso; - Construção e Reparação de Muros Degradados (Safres) - em concurso; - Requalificação/Espaços de Lazer do Pré-Escolar EBI do Concelho - em concurso; - Construção de Balneários nos Polivalentes do Concelho (Sanfins do Douro) - em concurso; - Ampliação, Conservação e Reparação das Redes de Saneamento (Presandães) - adjudicada; - Pavimentação e Arruamentos no Concelho - Vale de Mendiz - Largo da Igreja - adjudicada. d - Acção Social: Atendimento / Encaminhamento de situações; Apoio psicossocial; Acompanhamento e apoios vários à Comissão de Protecção de Crianças e jovens (atendimento, acompanhamento de crianças para consultas, internamento em lares, cedência de viatura para visitas domiciliárias); Apoio a Idosos e Deficientes: - Abertura de um Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, no âmbito do Protocolo entre o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Município de Alijó. Ajudas Técnicas - dada a incapacidade da Segurança Social em dar resposta a todas as solicitações a nível dos apoios para ajudas técnicas, a Autarquia tem vindo a adquirir alguns dos equipamentos mais solicitados, tais como, cadeiras de rodas e camas hospitalares, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos idosos e deficientes do Concelho. - Encontram-se emprestadas 28 camas hospitalares no 1 Castedo, 5 Alijó, 2 Carlão, 6 Sanfins do Douro, 5 Vilar de Maçada, 1 S. Mamede de Ribatua, 3 Pegarinhos e 2 Vila Chã, 1 Vilarinho de Cotas - Encontram-se emprestadas 24 cadciras, nas Freguesias de: Castedo 1, Alijó 7, Carlão 2, Vilarinho de Cotas 2, São Mamede de Ribatua 2, Vila Chã 3, Vilar de Maçada 3, Pegarinhos 2 e Vila Verde 2. - Encontram-se emprestados 2 colchões anti-escaras, nas Freguesias de Alijó e Vilar Maçada 1, Souto de Escarção 1; Serviço de informação e Mediação da Pessoa Portadora de Deficiência – SIM-PD - Levantamento do número de deficientes do concelho com o objectivo de proceder a um estudo da situação socio-económica e familiar dos mesmos de forma a planificar respostas mais adequadas aos mesmos. - Realização da Acção de Sensibilização para a Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência “ Viver na (In) Diferença”. Habitação: - Apoio para obras de reparação em habitações degradadas de famílias de fracos recursos: Transitam de 2009 – 47, N.º de processos entrados em 2010 – 13; N.º de processos aprovados em 2010 – 6 (Carlão,



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Vilar de Maçada, Pópulo, Alijó); - Acompanhamento psicossocial dos agregados intervencionados; - Informação e orientação sobre programas e/ou medidas de apoio à habitação; - Programa "Solarh" N.º de processos entrados total – 63, N.º de processos aprovados – 28 (3 desistiram após aprovação), N.º de processos a aguardar aprovação – 1, N.º de processos a aguardar parecer técnico da Câmara – 0, N.º de processos indeferidos – 11, N.º de desistências – 23, Projectos de Intervenção Comunitária, - Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Este projecto é de âmbito supra concelhio e abrange o território dos três Concelhos referenciados, sendo a Associação Douro Histórico a entidade Coordenadora e Executora do mesmo. O Plano de Acção foi elaborado por um grupo de trabalho constituído por elementos do Núcleo Executivo da Rede Social dos respectivos Concelhos. Acções desenvolvidas: - Realização de uma Acção de Sensibilização, em todos os Bairros Sociais do Município, para comemorar o dia do vizinho. Este dia é comemorado internacionalmente no dia 25 de Maio. - Realização da actividade Expomatéria no âmbito da acção "Os Pais Vão à Escola", onde foram expostos os trabalhos dos alunos com o apoio dos pais. Esta acção foi realizada em parceria com o Agrupamento Vertical de Escolas de Alijó; - Continuação da criação do Banco Local de Voluntariado; - Implementação do Jogo do Boccia em todas as IPSS Do Concelho; - Realização do 1.º torneio de Jogo do Boccia, com a participação das 11 IPSS do Concelho, que decorreu no dia 9 de Junho, no pavilhão Gimnodesportivo; - Levantamento do número de idosos que se encontram em situação de isolamento social ou geográfico. Esta acção conta com a participação das Juntas de Freguesia e das IPSS do Concelho; - Preparação da actividade para os idosos WEB-ITENERANTE. Esta actividade pretende levar as novas tecnologias aos idosos e será implementada em todas as freguesias do Concelho; - Projecto "Novos Rumos" – Programa Progride - Medida 2, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Alijó - tem por objectivo intervir junto de famílias disfuncionais, Crianças e Jovens em risco, situações de violência doméstica e criação de um CAO Para deficientes; Continuação das acções promovidas: - Gabinete de Apoio ao Jovem – novo espaço de funcionamento no Pavilhão Gimnodesportivo Municipal, no qual também se insere o Gabinete de Apoio a Sexualidade Juvenil, em Parceria com o Centro de Saúde de Alijó, no âmbito do planeamento familiar; - Grupos de trabalho com famílias que apresentam dificuldades em gestão doméstica; - Encaminhamento de famílias e outros para formação profissional; Rede Social: - Realização do Plenário no dia 19 e 26 Abril; - Elaboração do Plano de Acção/2010; - Reformulação do Diagnóstico Social do Concelho; - Reunião com a REAPN de Vila Real no dia 12 e 30 de Abril, no âmbito do Projecto: Luta Contra a Pobreza – Um Novo Projecto de Cidadania I; - Realização do workshop " Igualdade de Género", dirigido a beneficiários do RSI. Esta acção foi realizada conjuntamente como Município de Murça.

Gabinete de Inserção Profissional - GIP

ACTIVIDADES	OBJECTIVOS
Realização de sessões de técnicas de procura de emprego	08 Sessões
Realização de sessões de informação escolar e profissional para jovens e adultos desempregados	27 Participantes

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telel.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Daslumbrante Património Natural

Realização de contactos com empresários da iniciativa do animador	20 Contactos
Visitas a Empresas	20 Visitas
Captação de ofertas de emprego	15 Ofertas
Encaminhamentos para qualificação profissional, estágios, colocação e outras medidas de apoio ao emprego, à empregabilidade e ao empreendedorismo	30 Utentes

b - Educação: > Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular para todos os alunos do 1º CEB (Actividade Física, Ensino de Inglês e Desportiva e Ensino da Música para todos os anos de escolaridade e Expressões para os 1º e 2º anos de escolaridade); > Transferência de verbas para Agrupamentos de Escolas para material didáctico e material de desgaste; > Disponibilização de pessoal não docente para os estabelecimentos de ensino pré-escolar e do 1º CEB do concelho (auxiliares de acção educativa para estabelecimentos de ensino e auxiliares para apoio à Componente de Apoio à Família, Programa de Generalização de Refeições Escolares e Programa de actividades de Enriquecimento Curricular); > Fornecimento de refeições escolares em todas as Escolas do 1º CEB; > Implementação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar – refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; > Gratuitidade das refeições escolares e componente de apoio à família (prolongamento) em todos os Jardins-de-infância do concelho; > Implementação do sistema de Acção Social Escolar para apoios económicos à alimentação e manuais escolares no 1º CEB; > Gratuitidade dos transportes escolares para todos os níveis de ensino; > Transportes escolares para todos os níveis de ensino, salvaguardando o princípio da uniformização dos horários escolares independentemente da localidade; > Cedência de transporte para visitas de estudo para alunos de todos os estabelecimentos de ensino; > Transporte de pessoas com necessidades educativas especiais para instituições especializadas fora do concelho (Vila Real e Sabrosa); > Cedência de transporte a várias instituições do concelho (de carácter social, cultural, recreativo e desportivo); > Colaboração com projectos de intervenção social que promovem actividade para crianças e jovens; > Transferência de verbas para as Juntas de Freguesia para suporte de despesas de manutenção, limpeza, lenha ou outro tipo; > Distribuição de produtos de limpeza em estabelecimentos de ensino de freguesias com as quais não foi estabelecido Protocolo de cooperação; > Assistência técnica ao material informático e de outro tipo instalado nos estabelecimentos de ensino do concelho; > Construção do Centro Escolar de Alijó; > Realização de obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares e espaços circundantes; > Apoio e colaboração na dinamização de actividades direccionadas a crianças e jovens; > Limpeza e desinfectação de edifícios escolares e áreas circundantes; > Manutenção de sistemas de aquecimento nos estabelecimentos de ensino e distribuição de briquetes; c – Saúde Pública: - Inspeção do peseado fresco vendido no Mercado Municipal de Alijó e no supermercado Intermarchê; - Inspeção da carne fresca vendida em todos os talhos do concelho de Alijó; - Controlo do destino das matérias da categoria 3 (subprodutos), geradas pelos talhos do concelho de



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
30

Alijó, conforme o disposto no Regulamento CE/1774/2002 do Parlamento Europeu e do Concelho de 2002/10/04, e o Decreto-Lei nº 244/2003 de 07 de Outubro; - Prestação de cuidados de saúde animal, com consultas a custo zero para o proprietário; - Campanha de vacinação anti-rábica em época especial; - Início da campanha de vacinação anti-rábica em época normal, com deslocação a todas as localidades do concelho; - Emissão de guias de trânsito para deslocação entre explorações de equinos, e para deslocação de ovinos e caprinos entre exploração e matadouro; - Avaliação de projectos e vistoria prévia de estabelecimentos de venda e/ou manufactura de produtos alimentares, para posterior emissão de Licença de Utilização Camarária, com emissão de parecer; - Avaliação de queixas de insalubridade envolvendo animais; - Coordenação semanal com o canil Intermunicipal de Vila Real, para programação e execução de capturas de canídeos errantes no concelho de Alijó; - Colaboração com a GNR de Alijó na resolução de problemas envolvendo animais e – **Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local**

Área de Intervenção	Participantes	Objectivos	Forma de Intervenção
Concelho de Alijó Sector Agro-Industrial – Produção de vinhos comuns e licorosos	. GADL; . Promotores.	Acompanhamento de 2 processos de adaptação ao novo regime de exercício da actividade industrial de acordo com o Decreto-Lei n.º209/2008	. Análise dos processos: - registo e regularização do licenciamento industrial tipo 3 . Introdução/Registo dos processos na plataforma do REAI (regime de exercício da actividade industrial);
Concelho de Alijó – Alijó Sector Agrícola /Ambiente - Registo de Recursos Hídricos	. GADL; . Agricultores.	Orientação dos agricultores sobre o registo dos recursos hídricos (obrigatoriedade ou não, dependendo da capacidade de cada recurso) Elaboração de processos de registo de fossas, com obrigatoriedade de registo	. Informação directa aos agricultores, que solicitaram apoio, bem como elaboração de processos de registo efectuados no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local.
Concelho de Alijó – Alijó Sector/Turismo	. GADL; . Promotor	Informação sobre o novo Regime Jurídico de Instalação, Exploração e Funcionamento de Empreendimentos Turísticos;	. Reunião de trabalho com o promotor para informação e esclarecimento sobre todos os passos a seguir para classificação de um empreendimento turístico.
Concelho de Alijó - S. Mamede Ribatua, Sanfins do Douro Empreendedorismo/ Comércio	. GADL; . Promotores; . Associação Nacional do Direito ao Micro crédito	. Permitir o acesso ao crédito a promotores impossibilitados de aceder ao crédito através de outras instituições financeiras - Micro crédito	. Reuniões de trabalho com os promotores interessados e a Associação, permitindo um maior esclarecimento e informação sobre os vários tipos de empréstimos disponíveis
Concelho de Alijó – Favaios Sector Comércio/ Industria	. GADL; . Promotor; . Associação Douro Histórico	. Criação de uma Panificadora para produção de pão de Favaios	. Reunião de trabalho com promotor para verificação de enquadramento desta actividade nas medidas de apoio existentes.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

<p>. Concelho de Alijó – Sector Agricultura</p>	<p>. GADL;</p>	<p>. Sensibilização dos agricultores para a doença “Flavescência Dourada”, que ataca a vinha.</p>	<p>. Informação efectuada a todas as Juntas através de Aviso para divulgação.</p>
<p>Concelho de Alijó (Sector Cinegético – Zona de Caça Municipal de Alijó - ZCMA- Proc. DGRF n.º 2596)</p>	<p>. GADL; . Guarda-florestal Auxiliar; . Conselho Cinegético; . DGRF; . Juntas de Freguesia.</p>	<p>. Melhorar a Gestão da ZCMA.</p>	<p>. Realização da “Festa do Caçador”; . Realização de Censos com vista a uma melhor Gestão da ZCMA, bem como forma de obter informação acerca do sucesso dos repovoamentos realizados; . Avaliação periódica do estado de comedouros instalados e bebedouros naturais; . Foram efectuadas acções de profilaxia sanitária no Posto de Reprodução de Coelho Bravo existente na ZCMA; . Divulgação através do Site do Município de toda informação necessária para o exercício da Caça na ZCMA, para época venatória 2010/2011, tal como informação sobre o Calendário Venatório 2010/2011, informação sobre os cães de cobro na caça às espécies migradoras e ainda informação sobre a obrigatoriedade de utilização de cartuchos ecológicos na caça às espécies aquáticas; . Serviço administrativo da ZCMA: - requerimentos para renovação de carta de caçador, requerimentos para exame da carta de caçador e recebimento de requerimentos para pedidos de indenização dos prejuízos causados por algumas espécies cinegéticas; . Tratamento e envio de correspondência ao caçador; . Análise dos resultados de exploração cinegética e financeira da época venatória 2009/2010 e informação dos mesmos à AFN; - Elaboração do Plano Anual de Exploração para a época venatória 2010/2011 c/ aprovação da AFN; . Fiscalização da ZCMA; . Vistorias para decisão dos pedidos de</p>



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32

			<ul style="list-style-type: none">indemnização e recomendação de medidas preventivas;. Acções com vista à correcção da predacção na ZCMA;. Levantamento de todas as áreas de alimentação (sementeiras), solicitadas por agricultores e de acordo com o incentivo criado pela CMA;
Concelho de Alijó (Sector Pesca – Zona de Concessão da Albufeira de Vila Chã Alvará n.º206/2008)	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. Guarda-florestal Auxiliar;	<ul style="list-style-type: none">. Melhorar a Gestão da Concessão de Pesca da Albufeira de Vila Chã	<ul style="list-style-type: none">. Serviço administrativo da Concessão de Pesca;. Emissão de autorizações diárias para pescar na Albufeira de Vila Chã;. Limpeza de pesqueiros naturais com o objectivo de permitir a realização de um concurso de pesca desportiva, em colaboração com o Clube de Caça e Pesca de Alijó
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none">. GADL;. GTF;. COM.	<ul style="list-style-type: none">. Coordenar as acções de Serviço Municipal de Protecção Civil em alertas amarelo e laranja, segundo avisos do CDOS e IM.	<ul style="list-style-type: none">. Acompanhamento de todas as ocorrências no Concelho de Alijó e nos Concelhos limítrofes.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none">. COM;. GTF;. Entidades Representantes da CMDFCI	<ul style="list-style-type: none">. Avaliação e aprovação do POM 2010;. Apresentação e aprovação da proposta do Plano Específico de Intervenção Florestal (PEIF) da ZIF Alijó Norte;. Apresentação e aprovação da candidatura a uma Equipa de Sapadores proposta pela entidade gestora da ZIF Alijó Norte;. Aprovação da candidatura ao Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2010.	<ul style="list-style-type: none">. Reunião de trabalho com todas as entidades da CMDFCI.
Sector Florestal – PMDFCI			
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none">. GTF;. GADL;. COM.	<ul style="list-style-type: none">. Medidas e acções especiais de prevenção contra incêndios que vigoram durante o período crítico 2010.	<ul style="list-style-type: none">. Envio para todas as Juntas do Concelho da portaria que define o Período Crítico de Incêndios para 2010, bem como do aviso de medidas preventivas em vigor.
Sector Florestal – PMDFCI			
	<ul style="list-style-type: none">. GADL;	<ul style="list-style-type: none">. Conselhos sobre queimas e	<ul style="list-style-type: none">. Aconselhamento, de forma



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

33

Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . COM.	queimadas aos proprietários. . Esclarecimento e acompanhamento pedido de autorização de abate de sobreiros.	permanente, das medidas preventivas a seguir durante a execução de queimas e queimadas. . Ajuda preenchimento formulário.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF, COM.	. Realização e cumprimento das faixas de gestão de combustível definidas no PMDFCI.	. Acompanhamento na execução de trabalhos de silvicultura preventiva.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . GADL; . COM.	. Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2010.	. Envio para todas as Juntas do Concelho sobre a abertura das candidaturas ao Programa Voluntariado Jovem para as Florestas 2010.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . AMVDN.	. Ponto de situação da aprovação da candidatura efectuada para elaboração dos Planos Municipais de Emergência.	. Reunião de trabalho.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. COM; . Comandantes de todas as Corporações de Bombeiros do Concelho.	. Planificação de formação conjunta.	. Reuniões de trabalho tendo em vista a realização de formação uniformizada para todos os corpos de bombeiros do Concelho de Alijó. . Acompanhamento das acções de formação e instrução.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de	. Sr. Governador Civil; . Sr. Codis;	. Apresentação do Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais	. Sessão de apresentação do Dispositivo Especial de Combate a



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

34

Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GNR; . ANPC; . AFN; . COM; . GTF's do Distrito de Vila Real.	(DECIF).	Incêndios Florestais do Distrito de Vila Real.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. Sr. Governador Civil; . Sr. Codis; . GNR; . ANPC; . AFN; . CCDR-N; . PSP; . Federação Distrital dos Bombeiros Voluntários; . COM; . GTF's do Distrito de Vila Real.	. Apresentação e aprovação do Plano Acção integrante do Plano Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios; . Trabalho realizado pelas Equipas de Sapadores do Distrito de Vila Real.	. Reunião de trabalho com todas as entidades representantes da Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Concelho de Alijó Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) Sector Florestal – PMDFCI	. GTF; . Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro; . Projecto PALMUS do Município de Alijó; . 5º e 6º anos da Escola Básica do Pinhão.	. «Poupança de Água – Etas e Etar's – as suas diferenças»	. Acção de sensibilização.

Alijó, 24 de Junho de 2010, O Presidente da Câmara, José Artur Fontes Cascarejo, Dr. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduz o *Ponto Dois da Ordem de Trabalhos “ Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010 (que se traduz na 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa)”*, e dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que este ponto tem a ver com uma candidatura muito importante, a qual está relacionada por um lado com a área da energia e por outro com a área do apetrechamento de bibliotecas escolares. Este está integrado com o ponto que referiu na área da educação, ou seja, dentro da estratégia de majorar o Pólo Escolar e de o candidatar com uma maior percentagem de verbas. Para esse mesmo Pólo, conseguiram ao nível do plano tecnológico e da educação, candidatar a biblioteca escolar a outro fundo, mas para tal, tiveram que fazer uma alteração ao documento em discussão, caso contrário, como não estava previsto inicialmente, não o



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Doalumbrente Património Natural

35

poderiam concretizar. Indica ainda que esta é uma das coisas que fez atrasar a abertura do Pólo Escolar; outra situação tem a ver com a energia e tal como é do conhecimento de todos, constituíram uma agência de energia, no âmbito da CIMDOURO, que tem como grande objectivo, diminuir os gastos energéticos e fazer a certificação energética de um conjunto de edifícios da Autarquia. Esclarece que vão trazer para o Município as mais actuais e modernas técnicas de redução do consumo energético, que tem duas componentes: uma intervenção nos edifícios (isolamento) e uma outra intervenção no exterior dos edifícios para aproveitar os raios solares, porque vão passar a existir painéis fotovoltaicos nos edifícios da Autarquia que vão permitir ao nível da micro geração, ter mais uma fonte de receita. Informa ainda que estão a estudar, ao nível da iluminação, substituir as lâmpadas normais por lâmpadas LED, dando como exemplo o edifício do Teatro Auditório Municipal, o qual vai ficar todo ele com iluminação LED porque as infra estruturas já estavam preparadas para este fim. Esta candidatura visa atingir esse objectivo e sem esta alteração não a poderia fazer. Informa ainda que as candidaturas foram já apresentadas aos Fundos Comunitários e com esta alteração, serão aprovadas e entrarão imediatamente em execução.

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições tendo-se inscrito os seguintes
Membros: -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Indica que nada é estático e quando foi elaborado o Plano, houve necessidade de mudar verbas de uns lados para os outros, o que considera absolutamente natural e em nome da Bancada do Partido Socialista afirma que irão votar favoravelmente. -----

-----**MEMBRO PEDRO BOTELHO:** Saúda o Executivo por se lembrar das energias renováveis uma vez que o Concelho de Alijó tem uma exposição solar fantástica, sendo que, segundo as estatísticas, a zona da Chã é das mais privilegiadas. Indica que devem aproveitar estes novos recursos porque se vive um momento de crise e há que começar a dar o exemplo, para que também as populações comecem a olhar para as energias renováveis, de outra forma. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o Ponto Dois da Ordem de Trabalhos "*Pedido de Aprovação da 5.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2010 (que se traduz na 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa)*" sendo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

aprovado por maioria com 17 votos a favor e 06 abstenções dos seguintes Membros: Pedro Pimentel, João Vilela, Manuel Vilela, Rogério Lima, Marta Gonçalves e Filipe Macedo. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introdúz o *Ponto Três da Ordem de Trabalhos* “*Pedido de Aprovação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Alijó*”. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que este Ponto da Ordem de Trabalhos está relacionado com uma situação existente há já muito tempo no Concelho de Alijó, assim como em Concelhos com as características similares, que urgia regulamentar, para conciliar dois interesses: o interesse dos comerciantes, nomeadamente dos que têm bares, cuja actividade tem uma forte componente de horário nocturno e os residentes por cima desses mesmos bares, conciliando assim quem quer ter o direito ao descanso e os que sobretudo nesta altura de crise querem rentabilizar a situação social e económica, em termos de negócio e atender aos interesses da juventude. Esta situação resultou de muito diálogo e algumas queixas por escrito que receberam de parte a parte; foram consensualizando o que era possível consensualizar relativamente a esta matéria, assim como consultaram outros regulamentos idênticos para estas matérias noutros Concelhos. Procuraram, numa análise que tem em conta, a realidade do Concelho, a Lei e o que outros já fizeram relativamente a esta matéria, ate encontrar um Regulamento que se adequasse à realidade do Concelho. Informa que este é um Regulamento em aberto a alterações futuras e entenderam que este era absolutamente necessário para encontrar o momento de diálogo que está previsto no Regulamento, entre os proprietários dos estabelecimentos e os residentes, no sentido de encontrar o ponto de equilíbrio entre ambas as partes, cabendo sempre à Câmara Regular esta matéria, face àquilo que a Lei permite. “A Câmara Municipal tem que ser o árbitro do conflito em jogo”. ----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO PEDRO PIMENTEL:** Relativamente ao Regulamento e baseando-se na Declaração de Voto dos Srs. Vereadores, não são contra nenhum tipo de Regulamento, pois deve haver algum documento em que haja princípio, meio e fim daquilo que devem fazer e ate onde



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

37

podem ir. Refere que este Projecto de Regulamento no art.º 14 “Audição de Entidades – O alargamento ou a restrição dos períodos de abertura e funcionamento referidos nos artigos anteriores envolve a audição das seguintes entidades: a) As associações de consumidores; b) associações sindicais que representem os interesses sócio - profissionais dos trabalhadores do estabelecimento em causa; c) As associações patronais do sector que representam os interesses da pessoa singular ou colectiva, titular da empresa requerente; d) A Freguesia onde o estabelecimento se situa, atendendo aos interesses das comunidades locais residentes na respectiva área; e) A Guarda Nacional Republicana”. Refere que pelo que se apercebeu nem todas as entidades foram ouvidas, no que concerne ao dar o seu parecer relativamente ao Regulamento em questão. Indica ainda que pegando no final da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, indica que as suas palavras não são coerentes com o indicado no art.º 4.º ponto 2 e art.º 12.º, onde se prescinde sobretudo da decisão final “competir ao presidente da Câmara ou ao Sr. Vereador do Pelouro”. Segundo o seu ponto de vista, seria muito mais Democrático e tiraria certo ónus quer ao Sr. Presidente da Câmara, quer ao próprio Vereador do Pelouro, a questão de todas as decisões relativamente a estes pontos, serem decididas em Reunião do Executivo e não em reunião de Câmara; indica que o Sr. Presidente afirmou e muito bem que: “A Câmara Municipal tem que ser o árbitro do conflito em jogo” e por isso entende que se este ponto for alterado, votarão favoravelmente este Regulamento. -----

----- **MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Inicia a sua intervenção lembrando que até à presente data, ninguém se tinha disposto a fazer um regulamento no que concerne a esta matéria. Pergunta se será melhor fazer, mesmo que fosse mal, não considerando que o presente Regulamento esteja mal elaborado, ou não fazerem nada. Indica que o que fazem, é sempre passível se ser melhorado, entroncando assim numa questão, dado que há um artigo em que refere que o Sr. Presidente da Câmara pode tomar a decisão ou delegar no Vereador do Pelouro e é do seu conhecimento que esta foi a atitude do Sr. Presidente da Câmara. O Regulamento deve ser votado e sem querer tirar a legitimidade da auscultação, todos sabem o tempo que isso iria demorar; são a favor que a decisão foi tomada, o Sr. Presidente assumiu e a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de prestar



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

esclarecimentos: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** No que diz respeito à auscultação, esclarece que não houve uma auscultação formal e tal como já tinha referido, o Regulamento resultou de várias auscultações formais e informais, em que todas as referidas entidades estavam envolvidas, tal como as entidades oficiais, os residentes e a GNR. Esclarece que houve um diálogo entre todos e o trabalho de elaboração do Regulamento teve em atenção esses factos concretos no Município, teve ainda em atenção outro tipo de Regulamentos que tratam desta matéria, assim com teve em atenção a forma como estão organizados. No que diz respeito à questão substantiva, a qual lhe parece subjacente à intervenção do Membro Pedro Pimentel e tem a ver com o órgão que vai analisar e decidir. Indica que há duas formas de resolver este assunto: ou a decisão compete à Câmara no seu todo ou essa decisão é alocada ao Presidente da Câmara com passível da delegação de competências no Vereador que trate dessa matéria. Acrescenta ainda que aplicaram um princípio, o de obedecer à delegação de competências que no início do Mandato, todo o Executivo Camarário resolveu aprovar para as matérias que exigem uma certa celeridade e que a própria lei permite e prevê que sejam delegadas no Presidente com faculdade de subdelegação no Vereador da área. A única razão para que tenham elaborado o Regulamento desta matéria, é para não entrar em contradição jurídica, formal e substantiva com a delegação de competências que já existia e que foi a provada no início do Mandato do Executivo permanente. Do ponto de vista prático, poderia haver entraves, porque o assunto tinha que ir a despacho, para depois ir a Reunião de Câmara, que normalmente se realizam de 15 em 15 dias, caso haja situações excepcionais, poderia não haver tempo útil para poder despachar. Refere ainda que esta é como outras matérias que tem a ver com o normal e corrente funcionamento da Câmara, que se tudo fosse a Reunião de Câmara, “entupiam” o despacho dos assuntos correntes da Autarquia. Acrescenta ainda que é mais por uma questão de celeridade, de eficaz funcionamento, tal como foi já referido. Refere ainda que sempre que surja um assunto mais complicado, nada impede que seja levado a Reunião de Câmara. Dá ainda o exemplo do licenciamento urbano, que é impensável levar todas as autorizações a Reunião de Câmara, levando apenas aquilo que a Lei prevê que é obrigatório levar, porque tudo o resto é despachado com delegação de competências, mas quando surge uma situação mais problemática, o próprio Vereador



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ou o Presidente, têm a faculdade, porque a Lei lhe permite, de levar a Reunião de Câmara e partilhar a angústia da decisão com todos os colegas, quer do Executivo Permanente, quer do Executivo não permanente. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação *Ponto Três da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Alijó"* sendo aprovado por maioria com 25 votos a favor e 07 votos contra dos seguintes Membros: Isabel Vieira, Marta Gonçalves, Filipe Macedo, Pedro Pimentel, João Vilela, Manuel Vilela e Rogério Lima. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos " Pedido de Autorização para a realização de uma escritura de justificação de um prédio urbano para construção, sito em Alijó"*. Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclarece que tal como a candidatura das bibliotecas escolares foi para poderem ir buscar verbas a Fundos Comunitários para que a construção do Centro Escolar ficasse menos onerosa, de acordo com o protocolo assinado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governos, também esta situação tem a ver com aumentar a taxa de comparticipação porque o Pólo Escolar está a ser construído num terreno que era da Autarquia, terreno esse que do ponto de vista jurídico não estava no nome da Câmara, sendo necessária a escritura de justificação para registar o terreno em nome da Câmara e para após esta normatividade jurídica, poderem candidatar o terreno ao financiamento do mesmo, via Fundos Comunitários. O terreno vai ser avaliado por um perito nomeado pelo Tribunal, o qual lhe vai atribuir um valor e 80% desse valor vai ser ressarcido à Autarquia. Informa, ainda sobre a questão do Pólo Escolar, que o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, que está mais dentro desta matéria, lhe transmitiu que com esta estratégia, garantiram a abertura e colocação dos professores durante este ano lectivo nas escolas que estão em funcionamento, que não podem fechar dado o Pólo Escolar ainda não estar totalmente apto, mas não estão a garantir que as escolas funcionem efectivamente até final do ano lectivo, garantindo apenas a colocação dos professores para este ano lectivo naquelas escolas e depois será feita a transição dessas escolas para o Pólo Escolar. -----



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslambrente Património Natural

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições e não havendo Inscrições, colocou-se a votação o *Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos " Pedido de Autorização para a realização de uma escritura de justificação de um prédio urbano par construção, sito em Alijó"*, tendo sido aprovado por unanimidade com 34 votos a favor. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA** introduz o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento de Acção Social Escolar – referente ao 1.º Ciclo do Ensino Básico "*.
Dá a palavra ao Sr. Presidente da Câmara a fim de apresentar o mesmo: -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente a este Pedido, do Regulamento de Acção Social Escolar, esclarece que fizeram dois Regulamentos porque a legislação que enquadra o Regulamento do Pré-Escolar é diferente do 1.º Ciclo, têm características diferentes e não era compatível no mesmo documento formal, daí que neste Ponto esteja contemplado o 1.º Ciclo e depois o Pré-escolar. Este Regulamento tem o objectivo do Regulamento anterior, não criando nada de novo, apenas regulamenta com força de Lei, um conjunto de comportamentos que a Autarquia ia tendo ao longo do tempo particularmente com as escolas e com o sector da educação. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Abre Período de Inscrições, tendo-se inscrito o seguinte Membro: -----

-----**MEMBRO FILIPE MACEDO:** Refere a posição do PDS relativamente ao Regulamento, achando que este devia ser composto por todos os níveis de ensino, 1.º Ciclo, 2.º Ciclo, e Secundário, ficando tudo englobado, embora separado por capítulos, obtendo assim um documento mais sóbrio, mais prático e anti-burocrático, evitando a duplicação de diplomas. Informa que se irão abster na votação deste Ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**MEMBRO ANTÓNIO FERNANDES:** Sugere que seja votado o Ponto em discussão, seguido já da votação do Ponto seguinte, uma vez que estão interligados. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Indica que dado que os Regulamentos são distintos, serão posto a votação separadamente. Abre segunda Ronda de Inscrições, tendo-se inscrito os seguintes Membros: -----

-----**MEMBRO LUÍS CARDOSO:** Esclarece que a Acção Social Escolar do Pré-Escolar do 1.º



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ciclo é da exclusiva competência da Câmara Municipal, o 2.º e 3.º Ciclo diz respeito e secundário diz respeito ao próprio órgão de gestão. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Coloca a votação o *Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento de Acção Social Escolar – referente ao 1.º Ciclo do Ensino Básico"*, sendo aprovado por maioria com 26 votos a favor e 07 abstenções dos seguintes Membros: Marta Gonçalves, Filipe Macedo, Pedro Pimentel, João Vilela, Marco Rodrigues, Manuel Vilela e Rogério Lima. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Introduce o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento da Acção Social Escolar – referente ao Ensino Pré – Escolar"*. Refere que o Sr. Presidente da Câmara já se pronunciou sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, aquando do anterior Ponto, passando assim ao Período de Inscrições e não havendo Inscrições, colocou a votação o *Ponto Seis da Ordem de Trabalhos "Pedido de Aprovação do Regulamento da Acção Social Escolar – referente ao Ensino Pré – Escolar"*, sendo aprovado por maioria com 26 votos a favor e 07 abstenções dos seguintes Membros: Marta Gonçalves, Filipe Macedo, Pedro Pimentel, João Vilela, Marco Rodrigues, Manuel Vilela e Rogério Lima. -----

-----**O PRESIDENTE DA MESA** dá por terminados os trabalhos. -----
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Membros da Mesa. -----

A Mesa:

Marta Gonçalves da Costa
João Vilela
Flávia Filomena Cunha Antunes Aguiar